

3.2

Cícero Pereira: um gigante Xukuru do Ororubá.

Edson Silva*

RESUMO

Cícero Pereira ou “Seu” Ciço Pereira, como também era conhecido, tinha uma memória prodigiosa. Em várias conversas narrava com muitos detalhes sobre os tempos difíceis das perseguições e violências provocadas pelos fazendeiros contra os Xukuru do Ororubá. Testemunhou o início da presença do SPI entre os indígenas, participou das Ligas Camponesas apoiada por Miguel Arraes, tendo sido preso com a repressão. Teve um papel fundamental nas mobilizações contemporâneas daqueles indígenas. Quando elegeram o cacique “Xicão” em meados de 1980, também escolheram “Seu Ciço” como vice-cacique. Teve uma atuação sempre discreta, mas garantindo o apoio necessário e muitas vezes fundamental com recursos financeiros para a organização e as mobilizações dos indígenas. Por isso é lembrado como uma importante referência pelo povo Xukuru do Ororubá.

PALAVRAS-CHAVE

Biografia
Xukuru do Ororubá
Mobilizações

* Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP. É professor de História no Centro de Educação/Col. de Aplicação-UFPE/Campi Recife. Leciona no PROFHISTORIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História/UFRPE (Recife-PE). Contato_ edson.edsilva@hotmail.com

“SEU CIÇO” DE CANA BRAVA

O povo Xukuru do Ororubá, habitante nos atuais municípios de Pesqueira e Poção na região do Semi-árido pernambucano, desde muito tempo, antes de o escritor Guimarães Rosa tê-lo descoberto, afirmam: os idosos partem para o “reino dos Encantados”. Um deles, “Seu” Cícero Pereira, foi importante referência nas mobilizações contemporâneas que garantiram a demarcação das terras deste povo. Pai do cacique “Xicão”, assassinado em 1998 a mando de fazendeiros invasores do território indígena, e avô do atual cacique Marcos, com uma memória prodigiosa, “Seu” Cícero em várias conversas narrou com muitos detalhes sobre o passado xukuru, os tempos difíceis das perseguições e das violências provocadas pelos fazendeiros invasores do território indígena.

Nascido em 1921 na atual Aldeia Cana Brava, ou “Cana Braba”, como ainda chamam os/as mais idosos/as e de onde provém a linhagem do cacicado xukuru do Ororubá, “Seu Ciço”, como era conhecido, filho de uma família numerosa, recordava que desde a infância, assim como muitas crianças da sua época, teve que trabalhar duro na roça, no pequeno pedaço de terra que sua família possuía, quando não nas terras das fazendas dos invasores das terras do antigo Aldeamento de Cimbres.

A extinção oficial, em 1879, do antigo Aldeamento de Cimbres consolidou o domínio dos fazendeiros, de longa data invasores das terras da Serra do Ororubá. Uma ou outra família indígena ficou com a propriedade de pequenos pedaços de terras, insuficientes para a agricultura de consumo. A opção para os índios sem terras era o chamado trabalho alugado para os fazendeiros. Mas aumentou a pressão dos fazendeiros sobre aqueles índios com pequenos pedaços de terras, arrendando-as, comprando-as, tomando-as à força, provocando a dispersão de famílias indígenas. Muitos migraram para outras regiões, como aqueles que se dirigiram à Zona da Mata, indo trabalhar na lavoura canavieira (SILVA, 2017, 2008).

“Seu Ciço” foi dono em Cana Brava de uma bo-dega, um pequeno comércio típico em áreas rurais no Nordeste para venda de gêneros alimentícios e artigos variados de primeira necessidade, sendo reconhecido como líder na Serra do Ororubá, conselheiro

e apaziguador de contendas entre vizinhos. Em suas memórias falava das “juntadas”, reunião daqueles moradores que possuíam pequenos lotes, os “sítios”, para trabalharem em mutirões de ajuda mútua. Lembrava que, quando garoto, desceu muitas vezes a Serra do Ororubá em um cavalo com os caçoás carregados de verduras, milho e produtos da roça que vendia na estação do trem em Pesqueira. Mas, como a vida não era só trabalho, recordava também e com alegria das nove-nas, das festas animadas ao som das zabumbas onde, além da diversão garantida, onde os noivados eram acertados, futuros casamentos.

Uma das formas com que “o sítio” também expressava um espaço de relações sociais ocorria durante os “ajuntados”, “juntada” ou ainda “adjunto”, como os Xukuru chamam o trabalho em mutirão na roça. Nascido e morador por muitos anos em Cana Brava, “Seu” Ciço Pereira lembrou que a festa, após o trabalho, solidificava a proximidade entre todos.

Meu pai fazia, chamava pra trabalhar, quando chegava, chamava dez, doze, quarenta, cinquenta. Tinha que matar um porco pra fazer um ajuntado, pra fazer uma festa, naquele dia muita vez quando terminava aqueles trabalho o povo [dizia]: vamos fazer uma festa, mandava buscar um sanfoneiro ali do sítio mesmo, tocava ronco, naquele tempo era ronco, num era sanfona não. Tocava ronco, viola, violão e o povo dançava ali naquelas festas de noite. É mesmo assim.¹

Para esse trabalho em mutirão, o dono do roçado fornecia a alimentação aos participantes.

Na seca dessa época, os índios aqui em cima dessa Serra aqui, eles trabalhavam. Se chamava juntada. O índio tinha um roçado muito grande, dizia: tal dia, eu vou botar uma juntada. Aqueles mais interessados perguntava: – Quantos você vai querer? – Vou querer dez ou doze, quinze ou vinte homens. Os que puder ir. Eles iam, juntava aquela turmona. Se fosse de enxada, era de enxada, se foice, era de foice, se fosse de enxada, era de enxada. “Pronto, vou fazer esse serviço aqui”. “Vamos fazer”. Balançavam o enxadeco pra cima. Ele dava o café bem cedo, dava a hurinca (bebida), dava

1 Cícero Pereira de Araújo, “Seu” Ciço Pereira (falecido), na época com 81 anos. Entrevista realizada no Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE, em 05/01/2002.

o almoço e dava o jantar pra aquele povo todo, podia ser o que fosse. Metia a enxada pra cima, até num dia virava tudo. Eita, acabou! Era aquela farra e tal e vira e mexe.

Grande parte dos trabalhadores na fábrica Peixe em Pesqueira era de índios vindos da Serra do Ororubá. “Seu” Ciço Pereira lembrou dos índios trabalhando no serviço noturno de carga e descarga nos muitos caminhões com tomate, sem vínculo empregatício, recebendo apenas café e pão para alimentar-se.

Era muita gente que trabalhava na fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia. Toda viagem que ia pra fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o quê? Iam trabalhar à noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate. Descarregar caminhão todo, que a fábrica Peixe lutava com cento e tanto caminhão, viu! Carregando tomate. Era aquela fila de caminhão como daqui lá na Igreja. Pegava do Prado (bairro) à fábrica Peixe. Pegava lá debaixo da Igreja pra cima um pouco. Da Igreja da Catedral. Ali tudo era cheio de carro, caminhão pra descarregar. Cada um junto assim. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava à noite. Só que eles davam café, né, davam pão da noite. Mas toda noite que viesse, marcavam tudo nisso.

A VISITA DO SERTANISTA DO SPI

Durante a década de 1940 cresceu consideravelmente a produção agroindustrial em Pesqueira, porém com um elevado custo social. Na Serra do Ororubá, onde moravam os índios Xukuru do extinto Aldeamento de Cimbres, as fazendas de gado, com grande produção leiteira, dividiam os espaços com o plantio de tomates e frutas destinadas às indústrias de doces e conservas na cidade. Os índios antigos eram expulsos das terras e muitos vieram morar na periferia de Pesqueira, onde vários deles se tornaram operários das fábricas instaladas na área urbana da cidade (SETTE, 1956). Miséria para muitos e fartura para poucos. O avanço do latifúndio agroindustrial na Serra do Ororubá provocava a escassez da produção de alimentos destinados à cidade, com a elevação dos preços, a pobreza generalizada e a

mendicância acentuada, como noticiavam os jornais locais (SILVA, 2017).

Desde meados de 1940, a fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, onde se situavam as “fazendas” de cultivo, com base no trabalho assalariado indígena. A parceria com os trabalhadores proposta por aquela indústria, no início dos anos 1960, além de fazer parte de um processo de reestruturação da empresa, foi propagada como uma estratégia para melhorar, mas fundamentalmente o objetivo era modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira, outrora saudada como promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional, apresentava os primeiros sinais de decadência, sendo a perda de lucros e os custos sociais considerados naturalmente como remediáveis (SILVA, 2017).

Em relatos das memórias orais, os Xukuru do Ororubá detalharam com outras leituras a estada em 1944 de Cícero Cavalcanti, sertanista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Diversos entrevistados citaram que o sertanista se hospedou na casa de “Mané Bilinga”, na atual Aldeia Gitó, a exemplo de “Seu” Ciço Pereira, quando recordou que muitos índios vindos de vários lugares na Serra do Ororubá, inclusive o próprio, foram até onde o sertanista se encontrava.

Minha lembrança, meu alcance, parece que 1944 pra 1945, apareceu aqui aquele Dr. Cícero Cavalcanti, no território... Nesse tempo não se conhecia por aldeia, não sabe? Se conhecia por sítio, viu? No sítio Gitó. E esse homem chamou a atenção de muita gente em Cana Brava, em Pé de Serra, de Cana Brava de Dentro, de todo canto que existia. Ele dizendo que vinha entregar as terras dos índios; Cícero Cavalcanti. Olha?! E aí, todo dia era gente diariamente em Gitó, era uma festa para o povo, naquela época. E eu, naquela época, tinha um roçado em cima de uma serra, eu trabalhava de bem cedo até 11 horas, 11 horas eu vinha e almoçava, trocava de roupa e passava, ia pro Gitó, pra essa reunião que tinha lá desse...

Existia uma promessa de devolução das terras aos Xukuru, invadidas pelos fazendeiros e pelos plantios da fábrica Peixe, o que mobilizou muita gente que se dirigiu por vários dias ao encontro de Cavalcanti, na casa do índio “Mané Bilinga”.

Aí foi correndo notícia pra todo canto, pra todo canto na casa de Mané Bilinga, o pai de Milton. Aí o povo começaram a andar pra lá. Começaram a entrar gente de todo mundo, de todo canto. É de Pé-de-Serra, de Cana Brava, Cana Brava de Dentro, é de Afetos. Era da região de Pão de Açúcar, o movimento dessa beira todinha. Pertencia onde era da área indígena todo mundo ia. E o povo foi aos trabalhos. Aparecendo assim essas novidades e os índios sem saber de nada, né? Aí chegou a se saber. Aí foram caminhando, né. Uns avisando aos outros, convidando, espalhando a notícia. Esse homem que se chamava Cícero Cavalcanti, ele era da Funai, de Recife.

A notícia da devolução das terras era festejada ao som de zabumbas.

Pra essa reunião desse homem que tava fazendo essa pesquisa ou é de retomada. Não! É entrega que ia fazer. Pegar as terras dos índios e entregar. Agora, era gente de todo canto que vinha. O povo que vinha passava em Cana Brava pra Gitó. Se juntava tudo na casa do finado Antônio Maria, que era meu sogro e, quando saía, saía aquele pessoal com mais de duzentas pessoas, cada um com uma cana nas costas, dois terno de zabumba tocando, era uma festa animada. Quando chegava lá no Gitó, chegava logo aquele povo e iam tudo dá entrevista com o Cícero Cavalcanti, né? Ele dizendo que ia entregar as terras dos índios. E aí então continuou nessa vida, parece que um bocado de dias, né?

No local onde estava o sertanista o ambiente era também de festa, com comidas, vendas de bebidas e danças. As pessoas que chegavam se acomodavam para serem atendidas pelo sertanista, que perguntava e fazia anotações, afirmou Cícero Pereira.

E o povo chegava lá e era um festão, na casa de “Seu” Mané Bilinga. Era tocador de pífano, era de zabumba, que eu digo. Era de matar porco, matava porco, só sei que era um festão medonho. Botequim, tinha de tudo, lá tinha até boate, que o povo... Era um encontro muito grande. O povo se, como é que diz, meu Deus?, se hospedando, né? Se hospedando. E então lá dentro da casa de Mané Bilinga tinha duas mesas. Três mesas grandes com aquele povo tomando nota e chegando e ele fazendo, e ele falando com o povo, né, o que ia fazer

na aldeia. Aí tomando nota do povo. Pegando nome do povo, aquele antigo e fazendo as perguntas.

Ao tomar conhecimento da mobilização, o juiz de Pesqueira enviou policiais para prender o sertanista que, alegando a condição de agente a serviço do Ministério da Agricultura, afirmou que compareceria posteriormente à presença do reclamante. Cavalcanti foi à presença do juiz acompanhado de um grande contingente, todavia não retornou à Serra.

Aí chegou ao conhecimento do juiz da cidade de Pesqueira, mandou prendê-lo, né? Mandou uma intimação pra ele, a polícia foi buscar ele. Aí a polícia foi buscar ele. Chegou lá e ele disse: “Não, vocês vão embora, que eu vou atrás. Que depois eu compareço lá. Que eu só me entrego ao Ministério da Agricultura, vão lá que eu vou falar com o juiz lá”. E, nesse dia, ele desceu com mais de oitocentas pessoas, por aí assim, mais ou menos, sabe? Com ele. Quando chegou cá, ele... Eu não sei o que houve com ele, eu sei que esse homem não voltou mais dessa vez.

O sertanista depois de alguns dias foi embora. Relatam os índios que levou uma espada e cópias de “diplomas” de seus antepassados que participaram na Guerra do Paraguai. E também que Cícero Cavalcanti recebeu “um saco”, ou “uma mala”, cheio de dinheiro dos fazendeiros invasores na Serra do Ororubá para não atuar em favor dos índios que reivindicavam as terras onde habitavam (SILVA, 2017).

PARTICIPANDO DAS LIGAS CAMPONESAS

Nos primeiros meses de 1961, na cidade de Pesqueira, atual região do Semiárido pernambucano, o ambiente era de muita “agitação social”. O assunto mais comentado: as Ligas Camponesas. O detalhado relatório investigativo solicitado por um “ofício reservado” da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no Rio de Janeiro, descreve o “ambiente de insatisfação”

² O Relatório de Paulo Rufino de Melo e Silva, de 08/08/1961, para a Diretoria do SPI/RJ, cumpriu as determinações do “ofício reservado” de 12/07/1961 e de Ordem Interna da 4ª Inspeção Regional (IR4) do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fotogramas 806-809.

naquela cidade, uma das muitas no interior pernambucano para onde as Ligas se estenderam a partir da Zona da Mata, e que naquele ano contava com cerca de 10 mil associados na região de Pesqueira (MEDEIROS, 1989)

Um detalhado relatório policial de janeiro de 1962, para a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, citava as atividades de “incendiários” em Pesqueira, orientados por José de Alexandre e os “auxiliares” Viana Arcoverde e Manoel Moreira, todos dirigentes das Ligas Camponesas. O documento relacionou várias fazendas atingidas, dentre elas as fazendas Maravilha e Gravatá, de Fernando Didier, a fazenda Tambores, de Praxedes Didier, e a fazenda Ipanema, de Moacir Brito de Freitas. Segundo o documento, os tais incêndios causaram “vultosos prejuízos”, com a perda da “colheita anual de rações para a criação”. Na cidade estavam ocorrendo reuniões para a organização do sindicato rural. Em uma delas, dentre outras pessoas relacionadas, participaram um deputado vindo do Recife e um vereador local.³

As acusações de incêndios provocados por membros das Ligas Camponesas, principalmente em canaviais de engenhos e usinas no litoral do estado de Pernambuco, foram constantemente noticiadas na imprensa pernambucana. Porém, um estudo comprovou que as suspeitas passaram a acusações na medida em que se expandiu a organização das Ligas Camponesas. As notícias objetivavam incutir nos leitores e na população a ideia e o pavor contra os trabalhadores rurais que, insuflados pelo comunismo das Ligas, estavam criminosamente incendiando o campo (MONTENEGRO, 2007, p. 205-224). Em relação à Pesqueira, na pesquisa realizada em jornais da época, bem como em outros registros do DOPS do período, não encontramos nenhuma informação sobre os tais incêndios causadores dos “vultosos” prejuízos nas citadas fazendas.

Foi nesse quadro sociopolítico, em um ambiente de exploração e opressão, que as Ligas Camponesas em Pesqueira tiveram a adesão e a participação dos índios xukuru. Em 1959, foi denunciada à Secretaria de Segurança Pública, no Recife, uma Liga Camponesa “a 12 km da cidade”, ou seja, em uma área na zona rural de Pesqueira. Segundo o informante, o candidato a prefeito daquele município, Luiz Neves, afirmara que: “se eleito,

³ Relatório. De Euclides S. Arruda (investigador nº. 70), em Recife, 24/01/1962, para o Comissário Supervisor/Secretaria de Segurança Pública (SSP). Recife, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano/APEJE, Fundo SSP 29285 (Documentação do DOPS).

estaria ao lado dos camponeses e resolveria a situação de divisão de terra”. Afirmava ainda o denunciante que o local estava recebendo visitas do “Dr. Julião” (Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas no Nordeste), que organizara a sede e a diretoria da Liga naquele lugar.⁴ A existência da Liga Camponesa entre os índios era do conhecimento da Inspeção do SPI no Recife, que solicitou ao encarregado do Posto Indígena Xukuru, em fins de janeiro de 1960, a apuração da denúncia de desvio, para a Liga, do leite destinado à merenda escolar, como constataria um oficial do serviço secreto do Exército.⁵

A organização das Ligas Camponesas prosperou e era vigiada de perto pelas autoridades. Em 1961, o delegado de Pesqueira informava que “camponeses construíram uma palhoça, sendo a primeira feita pela Liga. Eles tinham ameaçado os proprietários com armas, gestos e palavras”.⁶ Em um trecho de um relatório datado do mesmo ano⁷ consta que, em Pesqueira, a sede das Ligas ficava na área urbana da cidade. E a sede das Ligas “fora da cidade” encontrava-se no Posto do SPI, cujo chefe era “o agitador Arnaldo Tenório”, “tinha criado uma polícia dos índios com seu respectivo fardamento”. Segundo ainda o documento, a organização “se empenha pelas propriedades Brejinho, Lage Grande, Cana Brava e Caipi”. Ela tinha mais de 400 integrantes, dirigidos por Gregório Bezerra. Este era um conhecido líder comunista, posteriormente preso pela repressão militar do Golpe, em 1964. Quanto aos locais relacionados em registros históricos, eles aparecem como lugares de moradia dos Xukuru.

⁴ “Parte”. De Eliel T. Vasconcelos, Recife, 8/12/1959, para o Comissário Auxiliar/Secretaria de Segurança Pública (SSP). Recife, APEJE, Fundo SSP 1083 (Documentação do DOPS).

⁵ Memorando reservado nº. 25. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, 08/09/1959, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc, microf. 181, fotog. 338.

⁶ Telegrama. De Modesto Oliveira, Sargento-Delegado, Pesqueira, 27/05/1961, para o Delegado Secretário de Segurança Pública no Recife. Recife, APEJE, Fundo SSP 1083 (Documentação do DOPS).

⁷ Relatório de 25/09/1961. Relatório das sindicâncias relativas às Ligas Camponesas. Da SSP/Delegacia Auxiliar para o Comissário Supervisor. Recife, APEJE, Fundo SSP 29285 (Documentação do DOPS).

O investigador enviado sigilosamente a Pesqueira pela Inspetoria Regional do SPI, sediada no Recife, elaborou um relatório⁸ no qual detalhou como estavam organizadas as Ligas Camponesas entre os índios. Segundo o investigador, afora Pesqueira, os municípios próximos eram locais de atuação do “famoso Gregório”. Militantes de sua confiança, vindos de cidades próximas e até de Vitória de Santo Antão, berço das Ligas Camponesas, visitavam regularmente Pesqueira para fazer “propaganda comunista”. Um deles, Manuel Moreira, agia com discrição, era especialista em guerrilhas e “periodicamente visitava os caboclos, constituindo entre eles adeptos”.

Além de Manuel Moreira, apontado como “o principal entre os índios”, foram citados no relatório Zacarias Pereira, Elói Pereira e Antônio Nascimento, que também eram “ardorosos adeptos das Ligas Camponesas”. O investigador chamou a atenção para o fato de que os índios envolvidos com as Ligas eram moradores de Brejinho e Cana Brava, acentuando ainda a ausência de adesistas à organização camponesa de moradores de São José, “apesar de ser o núcleo indígena mais perto da cidade e por isso mais próprio a manter contato com os comandos comunistas”. A observação do investigador revela que, para fugir do controle policial, as Ligas foram organizadas entre os índios na Serra do Ororubá, em um local mais distante da sede do município. Foi citado o nome de Antônio Nascimento, provavelmente pela sua conhecida liderança nas mobilizações para a instalação de um Posto do SPI entre os Xukuru (SILVA, 2017).

No relatório ainda é afirmado que as Ligas Camponesas em Pesqueira eram conhecidas como “Sociedade dos Agricultores”, prometendo aos filiados vários auxílios sociais, cobrando uma mensalidade, concedendo uma carteira de sócio aos participantes. Em uma informação verbal, “Seu” Zequinha, o pajé xukuru, afirmou que Artur Elói, Manuel Pereira (“Mané Barrete”), Antero Pereira e Zé Miguel, todos moradores de Cana Brava, onde nasceu o pajé, tinham “a carteirinha com a foice e o martelo”. O citado relatório contabilizou em 1.500 o número de associados das Ligas Camponesas em Pesqueira e menciona que o bispo diocesano, a exemplo do ocorrido em outros municípios, criara uma associação

literária e filantrópica, de cunho moral e religioso, destinada aos agricultores para combater a organização dos comunistas.

A presença de ativistas comunistas na Serra do Ororubá teria diminuído, informava o investigador no referido relatório, em razão das ações repressivas das autoridades municipais, com o apoio da chefia do Posto do SPI e do sargento do Exército, comandante do Tiro de Guerra em Pesqueira. O militar tomava imediatas providências ao ser informado sobre as visitas de pessoas estranhas e a realização de propaganda comunista entre os índios. Nas conclusões do seu relato, o investigador afirmava: “De um modo geral, os nossos índios são levados pelas vantagens a eles oferecidas por seus doutrinadores e, dada à sua ignorância, não acredito que os mesmos sigam por convicção a ideologia que eles pregam”.⁹

O policial escreveu estar convicto de que, mesmo aqueles citados índios envolvidos nas Ligas não tinham “o necessário entendimento para compreender em toda a sua extensão a ideologia a eles apresentada pelos comunistas”.¹⁰ A visão do investigador expressava a concepção oficial e geral da sociedade da época sobre os índios, tidos como ingênuos e passíveis de pronta cooptação pelos perigosos comunistas. Para o investigador, a condição de vida dos Xukuru, que reconhecidamente não recebiam uma devida assistência governamental, tornava-os potenciais vítimas de ideologias perigosas à ordem social estabelecida. Mas uma análise dos relatos xukuru sobre o envolvimento com as Ligas põe em questão esta concepção. Os Xukuru participaram ativamente na organização e nas mobilizações das Ligas Camponesas tanto na Serra do Ororubá como no centro de Pesqueira.

Além das memórias orais dos Xukuru, diversos documentos registram a participação indígena nas Ligas Camponesas em Pesqueira. A formação de uma polícia indígena foi apoiada pela Inspetoria do SPI no Recife, ao remeter ao encarregado do Posto Indígena Xukuru modelos de fardamento para a milícia,¹¹ indicando que,

9 Relatório de Paulo Rufino, op. cit.

10 Ibidem.

11 Memorando Circular nº. 84/60 que remete cópias das Ordens de Serviço internas nº. 29, 30 e 31. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, 29/03/1960, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc, microf. 181, fotos. 339.

8 Relatório de Paulo Rufino de Melo e Silva, 08/08/1961, para o Diretor do SPI no Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc, microf. 182, fotos. 806-809.

oficialmente, em um primeiro momento, a ideia não tinha nenhuma relação com as Ligas Camponesas ou os comunistas, como denunciou a citada “Parte”, enviada meses antes à Secretaria de Segurança Pública no Recife.

Dois entrevistados recordaram a participação na polícia indígena. O primeiro falou ter sido convidado por “Arnaldo”, possivelmente o mesmo indivíduo antes denunciado como “agitador comunista”. Nas entrelinhas da fala é possível perceber a mobilização para “a festa”, como chamava a organização, referindo-se à ocupação das terras. Os “soldados-índios” tinham fardamento e várias pessoas da família do entrevistado foram recrutadas.

Eu fui soldado do SPI. Chegou aqui um chefe, chamado Arnaldo. Nós, esse chefe chegou aí pra trabalhar. Aí o dono do terreno era desse pessoal que num aceitava ninguém no terreno dele. Era desses caboclos antigo. O que é que você veio ver minha terra? – esse rapaz! Eu vim trabalhar com vocês. – Não, aqui não tem ninguém trabalhando pra nós não. Eles falavam tudo assim! Aí ele foi, ajeitou e ficou. Mandou fazer um coquetezinho (chapéu) de pano pra nós, vestia uma roupinha nós. Chamava-se dez soldado-índio. Da minha família foi Antonio Deodato, Antonio Moacir, Antonio Brainha, tio Mané, meu pai, eu, finado Zezinho, finado Mané Pereira e o finado Guilherme. Era todinho esse povo (José Pereira de Araújo, “Zé de Ismaé”, Aldeia Cana Brava).

O segundo entrevistado, “Seu” Brainha, citado pelo primeiro como um dos participantes da polícia indígena, falou da adesão à milícia: “Arnaldo chegou lá, em Cana Brava, né? E falou pra botar uns guardas lá. Uma polícia, lá. Polícia, milícia, o que é que eles diziam lá, né?” (Antônio Feliciano da Silva, “Seu” Brainha, Bairro José Jerônimo, Pesqueira). Sobre o indivíduo que fizera o convite, “Seu” Brainha disse: “Ele era de fora! Era um galeguinho guaxo, de fora, viu?”.

Os “soldados-índios” percorriam preventivamente a Serra do Ororubá durante a noite.

Não fazia nada, só andar de noite. Um pedaço da noite, e quando chegar a Cana Brava somente. Pra saber se tinha algum malfeitor por ali, que aparecesse, néra? Alguma confusão, alguma briga acontecesse por ali, pra nós pegar o cabra! Isso às vezes, viu? Não peguemos nada! Ninguém. Demorou, foi poucos dias

(Antônio Feliciano da Silva, “Seu” Brainha, Bairro José Jerônimo, Pesqueira).

Com a narrativa do entrevistado, foi possível deduzir que se tratava de um serviço de vigilância, enquanto existiram as Ligas na Serra.

A REPRESSÃO E O APOIO DE MIGUEL ARRAES

O entrevistado lembrou que posteriormente foram levados para o quartel em Pesqueira e, depois de uma repreensão, ficaram presos.

Ele trouxe pro quartel pra apresentar ao tenente. Eu sem vontade de ser soldado. Nós viemos ficar aqui. Aí pegaram um reboleço lá, por causa dele lá. E nós ficuemos!

– Vocês querem ser polícia, vocês vêm aqui, no batalhão. Num sei aonde no 4º Exército, no 2º Exército e pega a farda. Mas com esse homem aí, vocês não pegam, não” (Antônio Feliciano da Silva, “Seu” Brainha, Bairro José Jerônimo, Pesqueira).

Questionado sobre o motivo das prisões, “Seu” Brainha respondeu: “Porque tinha que levar os índios pra se apresentarem lá, pra polícia ver, né? Mas nós não fomos de nada nessa vida. Nem eu, nem Zé Cacique, nada”. Pelo relato, percebe-se que a prisão ocorreu pelo envolvimento do entrevistado e outros companheiros seus com as Ligas Camponesas. Após as prisões, o citado Arnaldo desapareceu. “Aí o homem desapareceu pro Recife, até hoje! Nunca mais veio aqui, nem vi a cara dele mais nunca na vida!” (Antônio Feliciano da Silva, “Seu” Brainha, Bairro José Jerônimo, Pesqueira).

Em fins de 1963, um enviado do Ministério da Agricultura a Pernambuco declarou ter recebido todo o apoio do governador Miguel Arraes e do delegado da Superintendência da Reforma Agrária/Supra em Pernambuco para ir a Pesqueira realizar, in loco, uma investigação sobre as invasões de terras da União por trabalhadores rurais. Na apresentação do seu relatório,¹² o emissário ministerial transmitiu ao delegado da

12 Ofício do Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, 04/12/1963, para o Presidente da Supra. Relatório sobre o município de Pesqueira, 23/12/1963. Recife, APEJE, Fundo SSP 29293 (Documentação do DOPS).

Supra a recomendação do Ministério sobre a prioridade para Pesqueira em um convênio com o governo de Pernambuco. O autor do detalhado relatório afirmou ter buscado informações com vários grupos e pessoas em Pesqueira: com os proprietários de terras, com o padre José Maria, designado pelo bispo de Pesqueira para prestar assistência religiosa aos camponeses, com o engenheiro agrônomo responsável pelo Posto de Fomento Agrícola na cidade, e em reuniões com o sindicato dos trabalhadores rurais, objetivando conhecer “as legítimas reivindicações da classe”.

O agrônomo informou sobre o clima de agitação política “das massas rurais” e suas reivindicações; sobre a reação dos proprietários contrários aos trabalhadores sindicalizados, acusando-os de subversivos, colocando em perigo a ordem social. As insatisfações dos trabalhadores resultavam da falta de trabalho em função da recusa dos proprietários em aceitá-los, mesmo como arrendatários, quando sindicalizados. A situação foi mais agravada por causa da seca que destruía as lavouras financiadas, sendo os débitos de muitos endividados cobrados sem amortização pelo Banco do Brasil.

Os trabalhadores rurais, na condição de arrendatários e moradores, eram expulsos, tendo inclusive as suas casas destelhadas, informação confirmada pelo padre José Maria, que tentara demover os proprietários de tal atitude, justificando assim o religioso a organização dos trabalhadores. Diante da situação, o emissário do governo federal discorreu sobre o sentido social da propriedade da terra, da legitimidade da sindicalização dos camponeses e da necessidade de “uma reforma agrária cristã e democrática” para o bem do país, como pregava a Igreja Católica Romana com a CNBB.

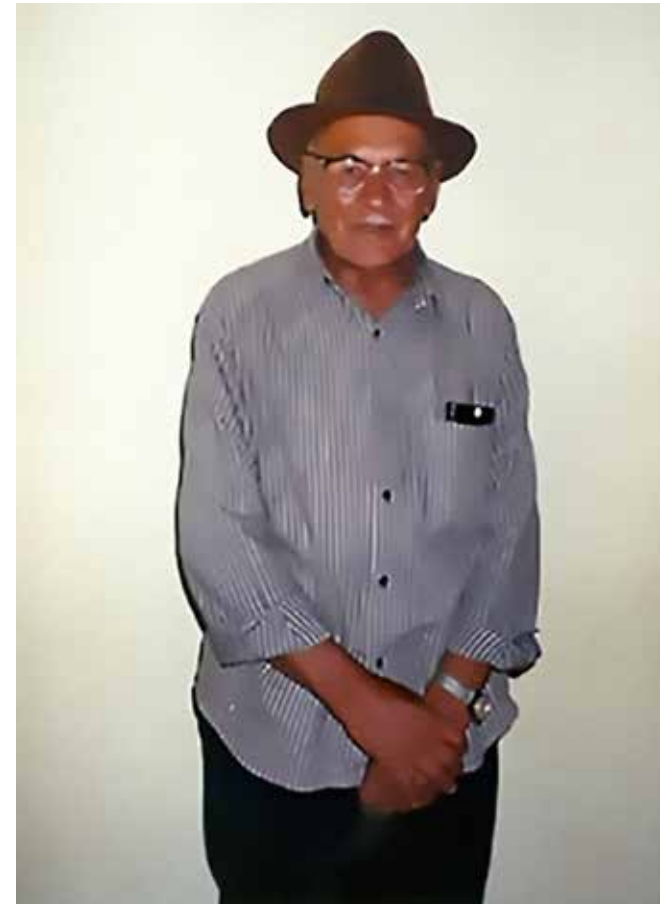
Quanto à situação de existirem, dentre os cerca de 2 mil trabalhadores rurais sindicalizados em Pesqueira, indivíduos oriundos das Ligas Camponesas em uma reivindicação de classe, eram trabalhadores que, conjuntamente com os de inspiração cristã, seguiam as orientações doutrinárias da Igreja Católica Romana no Brasil, lutando por melhores condições de vida para todos. Afirmava ainda o relator que os trabalhadores tinham invadido terras públicas, demonstrando assim seus propósitos pacíficos, e ainda com expressões de respeito às autoridades do governador do estado e do presidente da República, como comprovara, não existindo, portanto, razões para o medo dos proprietários de terras particulares (SILVA, 2017).

De volta ao Recife, tendo procurado o governador Miguel Arraes, o emissário do Ministério da Agricultura afirmou que fora informado por aquela autoridade do envio de tropas da polícia estadual a Pesqueira, “como poder menos repressivo do que acompanhamento das soluções jurídicas mantenedoras da ordem pública, sem detrimento dessa ou daquela parte desentendida”.¹³ O relator afirmava ainda concluir seu trabalho de forma otimista, apesar da grave situação em Pesqueira, onde “as relações das classes em litígio” poderiam chegar ao extremo, propagando-se “a agitação local” por outras regiões e por todo o estado de Pernambuco.

O relatório, embora em nenhum momento tenha citado os índios, é claramente favorável, ao ser constatada a ocupação de terras públicas, às reivindicações e à organização dos “trabalhadores rurais”. Estes reclamavam da falta de trabalho, pois os fazendeiros expulsavam os arrendatários e os sindicalizados. O delegado ministerial, além de enfatizar a necessidade da assinatura de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o governo do estado de Pernambuco, sugeriu recorrer-se à legislação trabalhista em vigor, propondo ainda, dentre outras medidas, que o governo federal interviesse fixando um prazo legal de três a quatro anos para os arrendamentos como solução imediata para os conflitos.

Os Xukuru continuaram as mobilizações para reconquistar o território. Uma das alternativas foram as Ligas Camponesas, apoiadas pelo conhecido comunista Gregório Bezerra e por Francisco Julião que estiveram na região. Em 1963, os índios organizaram uma ocupação em Pedra d'Água, onde iniciaram o plantio de roça, mas foram perseguidos pela polícia e pelo Exército. Cícero Pereira rememorou que foram presos: “Porque eles invadiram terreno do governo. Eles invadiram para trabalhar lá. Que foi como um bocado de ciganos, aquela empanada, lá”. Ocorreram outras prisões. Por ter se envolvido na retomada de Pedra d'Água, “Seu” Cição Pereira, morador em Cana Brava, onde aconteceu “uma reunião”, foi preso com outras pessoas da Serra do Ororubá e de Pesqueira.

¹³ Relatório sobre o município de Pesqueira, em 23/12/1963, p. 10. Recife APEJE, Fundo SSP 29293 (Documentação do DOPS).



Cícero Pereira.

Sabe por que eu já fui preso? Só porque eu fazia parte desse pessoal, dessas fera que manda nas usina, que tava a favor das terra. Fizeram reunião em Cana Brava ainda na casa de um pai, desse povo aí. Depois dessa reunião, retomada aí de Pedra d'Água, foi dessa retomada, que dessa época aí que eu fui preso. Eu, Manoel Pereira, Joaquim Neto e Alonso. Teve uma porção lá de Pesqueira, foi tudo preso.

Preso em 1964 como subversivo, “Seu” Cição Pereira recordou o apoio do governador Miguel Arraes à ocupação das terras. A ocupação aconteceu depois de uma missa por gente vinda de Cana Brava.

Sessenta e três. Ah! Pois dessa década, dessa data. Eu tava que fizeram isso aí. Aí daqui a pouco um mês, Miguel Arraes, que era governo do estado, abriu mão pra D. Luizinha, Zé Arcoverde, Luiz Arcoverde, que era o advogado, que era meu advogado. Eu sei que fizeram essa miséria lá na Serra em Cana Brava, depois da missa, que eu nem assisti. A depois da missa ajuntaram esse povo, muita gente, já ia pra Cana Brava e abriram Pedra d'Água [...] e só porque eu passava por lá e conversava com o povo me trataram como subversivo.

considerações finais

Cícero Pereira ficou conhecido pelo carisma e reconhecido pelos Xukuru do Ororubá como uma grande liderança, com um papel fundamental nas mobilizações contemporâneas dos indígenas. Foi sempre uma referência para a organização dos indígenas, pois em meados de 1980 elegeram o cacique “Xicão”, reconhecida e expressiva liderança desse povo com projeção em todo o país por ocasião das mobilizações na Assembleia Nacional Constituinte que resultou na promulgação da Constituição Federal em 1998, com significativas conquistas de direitos para os povos indígenas, sobretudo os índios no Nordeste, e “Seu Ciço” foi eleito vice-cacique.

Participando ativamente das Ligas Camponesas com aqueles que ocuparam a localidade de Pedra d’Água, como uma das estratégias indígenas para reaver o território invadido por fazendeiros e também por criticar até o Ministério da Agricultura que repassara as terras a posseiros, “Seu Ciço” foi perseguido e preso. Posteriormente, sua atuação nas mobilizações indígenas foi discreta, mas garantiu o apoio necessário, muitas vezes também material com recursos financeiros, para a atuação de “Xicão” e a organização indígena Xukuru do Ororubá. Por isso sempre foi visto como uma importante referência nas mobilizações desse povo.

Muito abalado e magoado desde o assassinato de seu filho, o cacique Xicão, doente, se viu forçado a deixar o território indígena e veio morar na cidade no bairro “Xucurus”, residência também de muitos indígenas que trabalhavam nas fábricas na cidade de Pesqueira. Mas em sua casa a todos/as recebia com satisfação, sempre disposto a uma longa conversa sobre o passado, as memórias xukuru e, por este motivo, era também uma grande referência. Vibrava com as conquistas no presente do seu povo e depositava muita esperança no futuro, explicitando o orgulho pela liderança exercida pelo então jovem cacique Marcos, seu neto.

Talvez por isso os Xukuru do Ororubá afirmem que não enterram, mas “plantam” seus mortos, para que deles “nasçam novos guerreiros”. E “Seu” Cícero, falecido em 2005, “foi plantado” na mata sagrada da Aldeia Pedra d’Água, ao lado de onde “está plantado” o cacique “Xicão”, e também o sempre lembrado “Xico Quelé” e outros xukurus mortos ou matados, que se encantaram. Encantaram-se! Pois os Xukuru do Ororubá, muito tempo antes de o escritor Guimarães Rosa ter assim descoberto, acreditam que os idosos partem para o “reino dos Encantados”. Como afirmam os Xukuru do Ororubá, “Vou para a aldeia encantada”, num dos cantos do Toré.

entrevistas

- _ Antônio Feliciano da Silva, “Seu” Brainha, 79 anos. Bairro José Jerônimo, Pesqueira/PE, 07/07/2004.
- _ Cícero Pereira de Araújo, “Seu” Ciço Pereira, 81 anos. Bairro Xucurus, Pesqueira/PE, em 05/01/2002.
- _ José de Alexandre dos Santos, “Zé de Alexandre”, 70 anos. Bairro Serrinha, Pesqueira/PE, em 12/07/2004.
- _ José Pereira de Araújo, “Zé Pereira” ou “Zé de Ismaé”, 61 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 08/07/2004.
- _ Pedro Rodrigues Bispo, “Seu” Zequinha, Pajé Xukuru, 72 anos. Bairro Baixa Grande, em 29/03/2002, Pesqueira/PE.

referências bibliográficas

ALBERTI, V. Ouvir contar: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AZEVEDO, Fernando A. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BEZERRA, Gregório. Memórias (segunda parte: 1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CAVALCANTI, C.M. de L. Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco). Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1979.

FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira-PE. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

MEDEIROS, Leonilde de S. de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONTENEGRO, A. T. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: SILVA, Giselda Brito; ALMEIDA, Suely Creusa C. de (orgs.). Ordem & polícia: controle político-social e formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XIX. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2007. p. 205-224.

SETTE, Hilton. Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas inter-relações regionais. Recife: Colégio Estadual de Pernambuco, 1956.

SILVA, Edson. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1959-1988. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2017.

_____. Povos indígenas e Ditadura Civil-Militar no Brasil: reflexões para um debate a partir das experiências dos Xukuru do Ororubá/PE. In: TOSI, Guiseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (orgs.). Ditaduras militares, estado de exceção e resistência democrática na América latina. João Pessoa, PB: CCTA/UFPB, 2016. p. 77-106.

_____. “Isso aqui é nosso! Isso é da gente!”. Os índios Xukuru e a participação nas Ligas Camponesas: conflitos socioambientais no Agreste. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (orgs.). Conflitos socioambientais em Pernambuco. Recife: Massagana, 2013. p. 95-116.

_____. Os Xukuru e o “Sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26 (2), 2008, p. 215-244.

SOUZA, Vânia Fialho de P. e. As fronteiras do ser Xukuru. Recife: Massagana, 1998.